

Patrões não apresentam nenhuma proposta para os trabalhadores na primeira reunião da Campanha Salarial

Para mudar essa situação, o Sindicato conta com o apoio, mobilização e pressão de todos os trabalhadores

No dia 1º de dezembro, foi realizada a primeira reunião de negociação da Campanha Salarial de 2016. A patronal não apresentou nenhuma proposta de reajuste salarial para os trabalhadores e manteve a conhecida choradeira de sempre. Nova rodada de negociações será no dia 10/12.

PÁGINA 3

Jurídico do Sindicato atendeu mais de 12 mil trabalhadores em 2015

Página 2

Reprovados no exame psicotécnico devem procurar o Sindicato

Página 3

Feliz Natal e Próspero Ano Novo!

O ano de 2015 foi de muita luta, com vitórias e derrotas. Mas foi um ano em que nós, Sindicato e trabalhadores, nos aproximamos ainda mais e fortalecemos nossa união. Vamos continuar juntos em 2016, aprendendo com as derrotas e sempre trilhando o caminho das vitórias. A todos os trabalhadores/trabalhadoras e seus familiares desejamos feliz Natal e um Ano Novo com saúde, alegrias, paz e prosperidade!

A Diretoria e Funcionários do Sindicato



Sindicato fecha cerco a empresas que desrespeitam direitos

Ao longo de 2015, diversas empresas insistiram em desrespeitar os trabalhadores, dentre elas, as mais problemáticas foram a Esquadra, Esparta, Servi-San, Uniserv, Águia, G4S Vanguarda, Focus, Viglis, TBI e GP.

Os problemas mais comuns causados por estas e outras empresas foram atrasos no pagamento de salários, benefícios e rescisões de contrato, maus tratos aos empregados e descumprimento de uma série de direitos garantidos pelas leis trabalhistas ou pela Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria.

Para fazer valer esses direitos, o Sindicato mobilizou toda a sua diretoria e seu Departamento Jurídico. Foram mais de 100 reuniões com empresas, na sede da entidade e na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), para que os vigilantes tivessem seus direitos respeitados.

“Foi um ano muito difícil, pois ao invés de se ocupar com o desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria das condições de trabalho, saúde e segurança dos trabalhadores, o Sindicato teve que voltar todo o seu esforço para que empresas mal intencionadas e mal administradas cumprissem com suas obrigações trabalhistas”, lamenta o presidente do

Sindicato, Romualdo Alves Ribeiro.

Segundo ele, em 2016, o Sindicato não dará trégua às empresas que insistirem em desrespeitar seus empregados. “Vamos fazer marcação cerrada a essas empresas e, se preciso, vamos levá-las às barras da Justiça para que os vigilantes sejam respeitados e valorizados”, avisa Romualdo.

Balanco

O Departamento Jurídico do Sindicato fez 12.226 atendimentos à categoria em 2015, ou seja, uma média de 1.018 trabalhadores da categoria atendidos por mês, sem contar os atendimentos feitos na subsede de Pouso Alegre e o atendimento diário realizado na sede da entidade, em Belo Horizonte, que é o dobro do Jurídico, considerando apenas os dias úteis. Além disso, o Jurídico também promoveu seminários e participou de assembleias e do Café com Vigilantes em diversas cidades do Estado.

Em 2015, os advogados do Sindicato participaram de 750 audiências trabalhistas e 96 cíveis em 1ª instância. Também representaram o Sindicato e os trabalhadores em inúmeras audiências de 2ª instância, reuniões na Procuradoria Regional do Trabalho, Superintendência Regional do Trabalho

em Emprego (SRTE) e em negociações coletivas, totalizando 846 audiências em diversas localidades de Minas, também sem levar em conta o trabalho feito nas subedes de Pouso Alegre e de Ipatinga.

Considerando os 11 meses de funcionamento do Poder Judiciário, o Departamento Jurídico do Sindicato fez, em média, 76,90 audiências por mês, o que dá uma média de 4,49 por dia, descontando os finais de semana, feriados e recessos.

Nesse período, foram ajuizadas 119 ações de substituição processual (coletivas) / ações de cumprimento; 581 ações trabalhistas individuais e plúrimas; e 132 ações cíveis, incluindo mandado de segurança. Além disso, foram mais de 6.000 rescisões até o dia 1º de deste mês de dezembro.

Vale ressaltar que o Jurídico do Sindicato mantém 1.943 ações de substituição processual, que atingem somente nestas ações coletivas mais 10.000 empregados, se considerado que a VIC, Protex, CJP e Alpha fecharam e as dificuldades da Uniserv e Servi-San.

Neste ano, o número de ações individuais diminuiu porque 90% dos processos foram resolvidos em demandas coletivas, a desafogar a Justiça do Trabalho.

VEJA QUAIS FORAM AS EMPRESAS QUE MAIS DERAM PREJUÍZOS AOS TRABALHADORES EM 2015

- Esquadra
- Esparta
- Servi-San
- Uniserv
- Águia
- G4S Vanguarda
- Focus
- Viglis
- TBI
- GP



Fique atento ao prazo de pagamento do 13º salário

O Sindicato esclarece que, conforme determina a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria (CCT), as empresas de vigilância devem pagar integralmente o 13º salário até o dia 10 de dezembro.

As empresas que comunicaram ao Sindicato, até dia 20 de outubro, o desejo de efetuar o pagamento do 13º salário dividido em duas vezes, devem ter quitado a primeira parcela no dia 30 de novembro e pagar o restante até o dia 20 deste mês.

É importante que todos os traba-

lhadores e trabalhadoras fiquem atentos ao cumprimento desses prazos pela empresa em que trabalha. Quanto antes o Sindicato for informado sobre possível descumprimento, mais rapidamente poderá cobrar da empresa a regularização do pagamento e garantir que todos recebam esse direito antes do Natal.

Para saber se a empresa em que você trabalha optou pelo pagamento do 13º salário dividido em duas parcelas, entre em contato com Sindicato pelo telefone (31) 3270-1300.

Trabalhadores devem fazer sua parte na Campanha Salarial

Um mês após a entrega da pauta de reivindicações da Campanha Salarial de 2016, no último dia 1º de dezembro foi realizada a primeira reunião de negociação entre as entidades representativas dos vigilantes e a representação patronal, que integram a Comissão de Negociação.

Logo de cara, os patrões, num total desinteresse em relação às justas reivindicações da categoria, não apresentaram nenhuma proposta de reajuste salarial. Também não falaram em atender às demais reivindicações e nem em renovar a atual Convenção Coletiva de Trabalho da categoria (CCT).

“Mesmo tendo semanas para formular uma contraproposta às nossas

reivindicações, o tempo parece que foi insuficiente para os patrões, que, mais uma vez, voltaram a fazer pouco caso das nossas demandas. Na reunião, o que se viu foi a choradeira de sempre, mas, como acontece todo ano, já conhecemos o manjado discurso da patronal”, criticou o presidente do Sindicato, Romualdo Alves Ribeiro.

Nova negociação entre as entidades representativas dos vigilantes e os patrões está agendada para o dia 10 de dezembro. “Esperamos que na próxima reunião a patronal apresente uma contraproposta decente à categoria. Até lá, os trabalhadores devem se manter unidos aos sindicatos e mobilizados, com toda sua força, para avançar-

mos nas conquistas”.

Em breve, o Sindicato realizará uma nova rodada de assembleias com os trabalhadores para avaliar e deliberar sobre o andamento da Campanha Salarial. As datas e locais das assembleias serão divulgados oportunamente.

“É fundamental que os vigilantes compareçam em massa às assembleias, pois, se a responsabilidade de negociar é do Sindicato, fazer pressão e oferecer resistência aos patrões é papel da categoria. Por isso, comente sobre a campanha com seus colegas de trabalho, em casa e no lazer, e esteja preparado para lutar. Com a participação de todos, a vitória é certa!”, finaliza o presidente do Sindicato.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES CAMPANHA SALARIAL 2016

- Salário de R\$ 1.713,00 mais 30% de adicional de periculosidade
- Fornecimento de 30 tíquetes no valor de R\$ 27,00
- Fornecimento de tíquetes nas férias
- Pagamento de adicional noturno de 100%
- Manutenção da jornada de trabalho de 12 X 36 horas
- Recebimento de Participação nos Lucros ou Resultados
- Plano de saúde e odontológico gratuito para dependentes
- Melhoria das condições de trabalho

Trabalhadores reprovados no psicotécnico devem procurar o Sindicato imediatamente

Muitos trabalhadores têm reclamado que não foram aprovados no exame psicotécnico durante o exame periódico. O sindicato tem acompanhado a situação com preocupação, devido ao grande número reprovações e de reclamações.

Para evitar arbitrariedades, o Sindicato tem cobrado das empresas o cumprimento da legislação e que, ao invés de

dispensar o trabalhador não aprovado no teste, ofereça a ele o devido atendimento.

O Sindicato também está organizando um seminário para debater com profissionais dos setores de saúde e segurança do trabalhador das empresas soluções para esse grave problema.

“Caso não passe no psicotécnico, o trabalhador não pode ser dis-

pensado pela empresa e deve solicitar ao psicólogo que o avaliou um retorno e o laudo do exame à qual foi submetido”, esclarece a diretora do Sindicato Vera Gomes.

Os trabalhadores considerados inaptos no psicotécnico devem procurar o Sindicato para denunciar o caso e sejam tomadas as devidas providências. O telefone é (31) 3270-1300.



DIA-A-DIA DA CATEGORIA



De olho no patrão!

G4S Vanguarda e insiste em desrespeitar direitos dos vigilantes

Nos últimos meses, o Sindicato se reuniu diversas vezes com a direção da G4S Vanguarda, em sua sede e no Ministério do Trabalho, para tratar de uma série de problemas enfrentados pelos trabalhadores. Para garantir os direitos dos vigilantes, o Sindicato também ajuizou ações na Justiça do Trabalho contra a empresa.

Nas últimas reuniões, após muita luta do Sindicato, a empresa chegou a assumir o compromisso de, finalmente, solucionar os problemas,

pondo um fim ao sofrimento e aos prejuízos causados a seus funcionários, como o não fornecimento de tíquete refeição aos horistas.

A G4S Vanguarda chegou, inclusive, a reconhecer a obrigatoriedade de pagar o benefício daqui para frente e deixou aberta a possibilidade de quitar os retroativos - a empresa chegou a quitar os meses de julho, outubro e novembro.

No entanto, numa atitude inesperada, a direção da G4S Vanguarda comunicou que não vai

mais honrar o pagamento do retroativo neste momento e que vai aguardar a decisão da Justiça quanto à ação movida pelo Sindicato, referente aos meses de janeiro a junho, cujo julgamento está previsto para o dia 15 de março de 2016.

Diante de mais essa intransigência patronal, o Sindicato vai ajuizar uma nova ação contra a G4S Vanguarda para que a empresa pague imediatamente os meses de agosto e setembro, incluindo as devidas multas.

Sindicato vai acionar a Justiça do Trabalho para que a Focus cumpra com suas obrigações trabalhistas

Há vários meses, a Focus Vigilância vem atrasando o pagamento dos salários e descumprindo uma série de direitos de seus empregados.

Denunciada pelo Sindicato, a empresa chegou a comparecer às audiências na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE), mas não tem cumprido

os acordos firmados.

Para fazer valer os direitos dos trabalhadores, o Sindicato já acionou seu Departamento Jurídico para que a empresa seja denunciada à Justiça do Trabalho.

Indignados com tanto desrespeito, desde o mês passado os trabalhadores da Focus estão em estado de greve, decisão já comunicada

pelo Sindicato à empresa, e poderão cruzar os braços a qualquer momento, caso não haja uma mudança de atitude e as pendências trabalhistas não sejam regularizadas.



Esquadra: trabalhador não é obrigado a aderir ao plano odontológico imposto pela empresa

O Sindicato alerta aos trabalhadores da Esquadra Transporte de Valores e Segurança para que não assinem qualquer documento de adesão ao Plano Odontológico da Caixa Econômica Federal por imposição da empresa. Caso isso ocorra, o fato deve ser denunciado imediatamente à entidade.

O Sindicato volta a esclarecer que nenhum trabalhador é obrigado a aderir ao plano odontológico imposto pela empresa e, nos casos de cobrança indevida, os valores descontados devem ser devolvidos imediatamente.

Em reunião com a direção do Sindicato, no dia 4 de novembro, a representação da Esquadra assumiu o compromisso de apresentar os termos de adesão assinados pelos trabalhadores. No entanto, apenas 405 documentos, dos mais de 2.400 empregados, foram apresentados,

muitos deles sem a devida assinatura do empregado ou com data posterior à contratação do plano.

Dessa forma, a empresa deverá restituir os valores descontados dos 405 empregados a título de pagamento do plano odontológico da Caixa Econômica Federal, referente ao período anterior à data da autorização do desconto, bem como restituir aos demais empregados, dos quais não foram apresentadas as autorizações para o desconto.

Além disso, em reunião com a empresa no dia 11 de novembro, o Sindicato exigiu a suspensão e/ou cancelamento imediato do plano odontológico da Caixa, tendo em vista que o mesmo não faz parte do convênio firmado com a entidade, conforme prevê a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria (CCT), sob pena de responder judicialmente.